

CONVIVÊNCIA DIGNA E SUSTENTABILIDADE NOS TERRITÓRIOS (BIOMAS & CIDADES):

PERSPECTIVAS DE REDES e ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

**Versão de subsídios aos debates
por ocasião da Rio+20**

Brasília, Junho de 2012



O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS – foi criado em 18 de junho de 1990 com o objetivo de garantir e facilitar a participação da sociedade civil na Rio 92. Desde então, tem pautado sua atuação na participação da sociedade civil focado nas questões de meio ambiente e sustentabilidade com forte incidência política nas esferas global e nacional, e firmou-se

no papel de interlocução com atores sociais nacionais e internacionais, governamentais ou não, com vistas à formulação e implementação de políticas públicas para a sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento humano. A partir do FBOMS surgiram redes e grupos de trabalho para acompanhar e participar da implementação dos acordos da Rio 92 e seus desdobramentos, bem como, para promover a contribuição de integrantes do FBOMS na formulação de políticas públicas nacionais. O FBOMS é um dos coletivos que participa do CFSC – Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, tendo sido proponente e protagonista na formação de tal comitê. O FBOMS teve papel de articulação nacional e internacional de grupos da sociedade civil nos processos da Rio-92 e na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002) bem como nas CoP- Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação (CCD) e Convenção de Diversidade Biológica que foram realizadas no Brasil (respectivamente em Recife, 1998, e Curitiba, 2006)

Responsáveis pelo FBOMS

Coordenação Nacional, mandato junho 2011 a junho 2013, composta por representantes de:

- Associação Alternativa Terrazul
- Associação Cultural Caminho de Vida - COMVIDA
- Associação Potiguar Amigos da Natureza - ASPOAN
- Fundação Grupo Esquel Brasil - FGEB
- Grupo de Trabalho Amazônico – GTA
- Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais
- Vitae Civilis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.

Contatos:

Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco I, Edifício Central, 13º andar - sala 1302 CEP 70034 - 900 - Brasília – DF
Tel. 61 3322-2062 / Fax 61 3322-1063 - emails: coordenacao@fboms.org.br / silvia.a.p@esquel.org.br
Site: www.fboms.org.br

Título da publicação: Convivência Digna e Sustentabilidade nos territórios (biomas & cidades): perspectivas de redes e organizações da sociedade civil. Versão de subsídios aos debates por ocasião da Rio+20

Proposição e Redação: Silvio Sant’Ana (FGEB)

Revisão: Nina Best & Rubens Born (Vitae Civilis), Silvia Alcântara (FGEB)

Contribuições: participantes nos eventos durante o Fórum Social Temático (janeiro de 2012 - Porto Alegre), integrantes de entidades e movimentos filiados ao FBOMS, GTA – Grupo de Trabalho, Rede Cerrado, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Plataforma Cidades Sustentáveis, ASA – articulação do Semi-árido Brasileiro.

Capa e Diagramação: Nathany Paola da Silva

Iniciativa:



Proposição e Redação:



Fundação Grupo Esquel Brasil
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável

Realização:



Vitae Civilis
Cidadania e Sustentabilidade

Apoio Institucional na Rio+20:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra



SUMÁRIO

1. Antecedentes 03 |

2. O conceito da convivência 04 |

3. Pressões e ameaças aos biomas 05 |

4. Convivência: algumas características das proposições das redes de biomas 06 |

5. Convivência: Proposições sobre o Território Urbano e a “Cidade Sustentável” 09 |

6. Propostas específicas ou regionais 10 |

7. Desafios e ameaças 11 |

8. Conclusões e sugestões de ações futuras 13 |

ANEXO 15 |

1. Antecedentes

Nos últimos 20 a 25 anos foram implantadas diversas iniciativas para articular ações da cidadania e das organizações da sociedade civil em relação aos desafios de conservação, sustentabilidade e dignidade da vida humana. Estas articulações e alianças se constituíram em torno de certas temáticas, distintos territórios (urbanos, zonas costeiras, unidades de conservação, áreas protegidas etc) e biomas.

Em relação aos territórios urbanos, o Fórum de Reforma Urbana estabelecido desde 1987 tem sido presença constante na discussão a qualidade de vida nas cidades. Mais recentemente esta dimensão foi reforçada como surgimento da Plataforma “Cidades Sustentáveis”, e de iniciativas como “Nossa São Paulo”, “Nossa Brasília”, etc, que lidam com os desafios dos territórios metropolitanos e sua sustentabilidade.

Adicionalmente, no início do século XXI foram implantadas também tentativas (governamentais) de se articular atores da sociedade e de governos em torno de meso-regiões, além das iniciativas associadas a existência e o funcionamento de colegiados como comitês de bacia hidrográfica, processos de Agenda 21 local (municipal, estadual, de bairros, de cidades).

Seria longo enumerar a todas elas. A maioria nasce associada aos debates relativos a reconstrução democrática (fim dos anos 80) momento onde se manifestam também na construção dos fundamentos das políticas de estado em relação ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e equidade social. Estes processos se fortalecem e se reafirmam no âmbito da preparação e realização da UNCED 92 (e seus eventos paralelos) e se consolidam imediatamente após tais eventos.

O ponto comum dessas iniciativas é a busca de olhares sobre os desafios do desenvolvimento e da conservação ou da sustentabilidade em determinados territórios, ou seja, há esforços, oportunidades e demandas institucionais que permitam a articulação de perspectivas de base territorial. Isso sem falar em processos, que não geram redes ou alianças, mas abrem-se como oportunidades para essas oferecerem suas perspectivas, como os de Planos Diretores Municipais Participativos, exigidos pelo Estatuto da Cidade. As redes e alianças que ganharam maior expressão nacional (ou seja além da repercussão regional) foram GTA, RMA, Rede Cerrado, ASA.

Afirmando direitos e especificidades de suas condições naturais, populações e territórios construíram suas identidades, entendimentos, estratégias e proposições sobre o que afirmam como sendo o desenvolvimento sustentável destes territórios, sejam biomas, áreas urbanas ou regiões de peculiares características (zona costeira, bacia hidrográfica, meso-região, etc).

Estas iniciativas estão ancoradas na afirmação simples de que é possível “conviver” e progredir de forma digna e com qualidade de vida, em cada bioma, sem por isso causar a destruição das condições e bases ambientais, sociais e econômico-financeiras de seus territórios. O desafio da convivência digna e sustentável ganha outros contornos nos territórios urbanos e peri-urbanos, atrelados a padrões de produção e consumo que estão associados à desigualdade, degradação ambiental e impactos sobre todos os biomas em virtude da sua dependência de energia, recursos naturais e produtos diversos obtidos nas diversas regiões e ecossistemas.

Ora, com outras palavras, estas Redes estão afirmando a essência do conceito de desenvolvimento sustentável tal como entendido pela Comissão Brundtland e reafirmado com força na Rio-92. Mais ainda, por suas iniciativas e ações, dentro de certos limites, estão praticando-o em todas suas múltiplas dimensões. Finalmente observou-se que estas Redes, apesar de sua capilaridade e importância, tinham pouco contato e processos conjuntos de ação ou reflexão.

Constatando estas realidades, O FBOMS decidiu, em seu XX Encontro Nacional, realizado em Brasília (junho de 2011) no quadro da preparação da Conferência Rio+20, realizar algumas atividades de consultas e debates que pudessem facilitar o intercâmbio entre as Redes e extrair destas ricas experiências, subsídios para o desenho de novos paradigmas, modelos e instrumentos que possam contribuir com o processo de transição ao desenvolvimento sustentável. Cientes desta iniciativa a Rede Mata Atlântica (RMA) se dispôs também a agregar-se ao esforço e outras redes internacionais de países vizinhos (amazônicos, regiões áridas e semi-áridas da América Latina) também se ofereceram a dialogar sobre o tema durante a Conferência Rio +20. Coube ao Instituto Vitae Civilis e Fundação Esquel Brasil, organizações da coordenação nacional do FBOMS no mandato de 2011 a 2013, tomar as providências operacionais para que esses debates se tornassem realidade. Os trabalhos correspondentes se viabilizaram graças ao envolvimento de lideranças e integrantes de outras redes, em especial da RMA - Rede de ONGs da Mata Atlântica, Rede Cerrado, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, ASA – Articulação do Semi-Árido do Brasil e da Plataforma Cidades Sustentáveis, bem como mediante o generoso apoio financeiro de outras instituições parceiras.

Neste Projeto foram então realizadas uma série de atividades que se iniciaram com a preparação de documento preliminar (para facilitar o debate) e a realização de uma Consulta Pública e um Painel de lideranças destas Redes durante o Fórum Social Temático (Porto Alegre-RS, 24 a 29 de janeiro 2012).

Finalmente, em 10 de Fevereiro, realizou-se em São Paulo um novo Painel Técnico de Especialistas onde foram apresentados o documento preliminar e os resultados da Consulta e do Painel realizados em Porto Alegre.

Uma nova versão, elaborada a partir dos debates realizados, foi circulada por meios eletrônicos, no final de maio para que integrantes das redes pudessem oferecer novos comentários e sugestões sobre experiências, fatores, causas, soluções para a convivência digna em distintos territórios Este documento busca sintetizar e sistematizar as contribuições oferecidas pelos autores deste processo. Os erros e omissões são de responsabilidade dos autores.

Em nome do FBOMS.

FGEB, Brasília de 2012.

2. O conceito de Convivência

Nestas Redes parte-se da conjectura (uma utopia?) de que existe um modelo de desenvolvimento social no qual é possível realizar um esforço produtivo com equidade e inclusão social sem destruir a resiliência ou base de recursos naturais, assegurando desta forma a permanência (durabilidade) do modelo, ou seja, sua sustentabilidade. Este modelo garante qualidade de vida digna para a população atual e as gerações futuras¹. O experimento humano de realizar prática e espacialmente este modelo remete para a noção de “Convivência com o Bioma”.

Reconhecendo que o termo “bioma” admite várias acepções, no sentido aqui empregado o termo se refere simplesmente a um espaço geográfico com certo grau de homogeneidade onde interagem o ambiente físico (incluindo clima, solo), a flora e a fauna. Neste conceito, “zonas urbanas”, “metropolitanas” tanto quanto “territórios” e/ou “áreas” e/ou “unidades de conservação” são enclaves inseridos nos biomas e por eles sobredeterminadas². Desta forma, neste exercício, o foco principal será o do Bioma e das Redes a eles diretamente associados.

Em termos práticos, nas Redes, a noção de “convivência” parte de uma crítica as propostas convencionais de “desenvolvimento” e “crescimento econômico”. No nordeste, durante séculos, a política (e o sentido comum) formulou propostas de “combate a seca”; na Amazônia, foi a conquista-ocupação do “inferno verde”. Como reação, se desenvolve o argumento de que ninguém combatia as geadas no Alaska ou na Sibéria. Os povos convivem com os biomas e seus eventos climáticos (extremos ou não). As sociedades se adaptam para viver e reproduzir em todos os biomas.

O segundo passo foi o de buscar “superar” o que poderia tornar-se um “determinismo ecológico” (que implicaria em uma idéia de “ajustamento passivo”, de submissão ao “mundo natural”). Daí o uso de qualificativos como “digna” ou “emancipadora” indicando e associando a “convivência” com um sentido de melhoria – quantitativa e qualitativa - das condições de vida das populações, principalmente as mais vulneráveis.

Não existe um consenso ou uma “parametrização” sobre o que se considera “vida digna”; admite-se que se relacionaria com o atendimento de “necessidades básicas”, dos “mínimos sociais”, mas estes conceitos carregam também fortes doses de subjetivismo e imprecisão. Desta maneira, nas Redes, esta noção é afirmada como negação da situação vigente. Neste sentido a “dignidade” afirmada, mais que um ponto de chegada, é um ponto de partida para conquistas cada vez mais amplas.

Assim sendo, o conceito de “convivência”, tal como vivenciado pelas redes, é um processo em plena construção. É utilizado ao mesmo tempo em que continua sendo objeto de pesquisa técnico-científica (inclusive de conhecimentos tradicionais) e com forte dose de experimentação. Ou seja, é ainda pouco conhecido, inacabado e como tal não apresenta a “elegância” ou a solidez conceitual que todos gostaríamos que ele tivesse. Como qualquer outra “inovação” requer quase sempre adjetivação e complementos.

Do ponto de vista da ação política imediata é pouco mobilizador fora de seu território, pois trabalha no espaço dos paradigmas, das utopias e formulações de ideais específicos. Por outro lado, estas características são apelos e fortes motivações a pensar (e agir) hoje sobre como superar tais desafios.

Como mencionado, remete a busca e construção de um “modelo de desenvolvimento sustentável”³. Critica os modelos vigentes e os fracassos dos “transplantes” de modelos de desenvolvimento mecanicamente copiados a partir de experiências de outros biomas e/ou condições sociais e naturais no planeta. Implica de certa maneira em desenhar o cenário de uma nova formação econômico social em todas suas esferas e dimensões (materiais, institucionais e ideológicas). Requer também, obviamente, pensar e formular processos de transição.

¹Seria pouco útil discutir aqui as “centenas” de definições ou entendimento sobre o desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade. Parece-nos que, para os fins deste debate, o colocado é adequado e suficiente.

²Neste debate, a importância da “cidade” e de “áreas metropolitanas” é óbvia, principalmente quando mais de 85% da população brasileira reside em áreas urbanas. Em anexo se explicita algumas dimensões em relação ao tema da recente busca de “cidades sustentáveis”

³Para evitar repetições e reiterações sobre o conceito da palavra “sustentável” ou a expressão “desenvolvimento sustentável” neste texto terão sempre o significado explicitado na Comissão Brundtland (ambiental, social, econômico – financeiro, atual e futuro).

3. Pressões e Ameaças aos Biomas

Segundo as lideranças das OSCs e destas redes, todos os biomas estão ameaçados e recebem pressões de tal intensidade que colocam em risco a resiliência e mesmo a sobrevivência dos mesmos. O exemplo mais dramático é o da Mata Atlântica que a cada ano parece caminhar para sua extinção, mas, em diferentes graus, fenômenos semelhantes ocorrem em todos eles.

O padrão e modo de crescimento econômico adotado no País é o principal elemento desta pressão. Nas áreas rurais, a expansão da fronteira agrícola é tendência secular e é parte constitutiva do modelo de desenvolvimento agrário desde tempos coloniais. Nas áreas urbanas principalmente no litoral leste (onde se concentra mais da metade da população brasileira) a pressão sobre os remanescentes da Mata Atlântica só faz aumentar.

Os atuais processos de crescimento produtivo e de distribuição de riqueza geram mais pressões sobre o conjunto dos biomas e sobre a base de recursos naturais. O aumento da produção (a chamada “aceleração do crescimento”) para ser obtido, demanda pesados investimentos em infra-estrutura e energia que terminam por afetar negativamente o ambiente (natural e social). Por sua vez, a distribuição da riqueza (redução da pobreza e da desigualdade) aumenta a demanda de todos os produtos e atua como “driver” de um ciclo de expansão da oferta e da necessidade de aumento da produção. Ou seja: os ganhos com o equilíbrio social (parte constitutiva da sustentabilidade) implicam objetivamente em perdas ambientais (nos biomas).

No caso brasileiro episódios mais recentes como a adoção de usinas termoeletricas, a retomada de construção de grandes hidroelétricas, as mudanças propostas no Código Florestal, a flexibilização para o uso (produção e consumo) de transgênicos, as alterações das regras de licenciamento ambiental indicam claramente a redução da importância relativa antes dada a algumas poucas e tímidas políticas preservacionistas (ou conservacionistas), bem como o uso dos princípios de precaução.

Esta mudança de foco se justificaria pela necessidade de ampliar o padrão distributivo da riqueza brasileira (contribuindo então para a harmonia e equidade social, elementos constitutivos da proposta de sustentabilidade).

Sem entrar numa discussão aprofundada a respeito destas afirmações, mesmo sem polemizar, pode-se interrogar sobre os limites deste modelo, não só do ponto de vista ambiental, mas também no seu aspecto econômico-financeiro e mesmo social. Isto se dá tanto pela forma e intensidade de inserção da sociedade brasileira na divisão internacional do trabalho quanto pelos entraves e bloqueios internos que podem ser simbolicamente consubstanciados na expressão “Custo Brasil”⁴.

Um indicativo destes limites pode ser observado no caso da expansão da indústria do automóvel, na expansão do acesso ao crédito, e no resultado destas políticas na mobilidade e tráfego urbano (em grandes e médias cidades).

Na avaliação destes limites tampouco se deve perder de vista: (i) a crise global iniciada em 2008 perdurará por mais alguns anos (mesmo na avaliação dos otimistas), (ii) a pressão dos fenômenos mais estruturais e conjunturais derivados das mudanças climáticas já em andamento (e que sabidamente irão se acelerar e agravar) (iii) as dificuldades e impactos das ações que deverão ser realizadas para evitar ou conviver com tal aceleração.

Estes elementos atuam como “freios” e como fatores de profundos desequilíbrios nos ciclos de interações que sustentam a hipótese de um “crescimento sustentável” (ou seja, a harmonia de uso do ambiente natural com a atividade econômica e das condições sociais). Visto nesta ótica, pode se afirmar que o padrão adotado atualmente no país e em geral - no planeta - é insustentável (não responde adequadamente as proposições do conceito).

No entanto está afirmação crítica não resolve o problema. Para a maior parte da população brasileira que até recentemente vivia abaixo da linha de pobreza e para muitos setores de classe média e alta, a política de “crescimento acelerado” é intrinsecamente boa (pois “resolve” questões de crescimento econômico e justiça social) e deve ser mantida (mesmo com alguns sacrifícios). Os níveis de popularidade alcançados pelos governos nos últimos 10 anos comprovam esta visão.

Alem disto não se pode esquecer a exposição do país a competição predatória de outras economias que pouca ou nenhuma importância dá aos temas ambientais ou da sustentabilidade (incluindo equidade e direitos). Desta forma, argumentos de insustentabilidade que sejam percebidos como ameaça a continuidade do modelo tendem a ser rechaçados como retrógrados, ou “anti-sociais” ou até mesmo “antipatrióticos”.

A importância deste debate é óbvia. De um lado, os próprios defensores das posições explicitadas estão conscientes dos limites de suas proposições. Um número crescente de agentes econômicos percebe a “crise latente” em que estão operando e esperam (“confiam”) algum milagre (tecnológico principalmente) que faça com que o sistema recupere e mantenha o equilíbrio (ambiental-econômico-social).

Do outro (dos críticos), fica o desafio de construir propostas de transição que definam uma forma de inserção planetária equilibrada, ampliem os ganhos reais das populações e grupos sociais mais pobres e vulneráveis, respeitando obviamente os princípios e práticas de sustentabilidade.

O exame e a discussão dos conceitos e práticas de convivência nos biomas – acreditamos – podem oferecer importantes subsídios para este processo⁵.

⁴Estes bloqueios são derivados de condições e situações sócio-econômicas, político-institucionais, ideológico-culturais etc.

⁵A este respeito ver: A. Lhumeau, D. Cordero (2012). “Adaptación basada en Ecosistemas: una respuesta al cambio climático. UICN, Quito, Ecuador. 17 pp.”- UICN- Ecuador 2012. A intenção da publicação é a de contribuir para manter e aumentar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas e das pessoas aos impactos da mudança climática.

4. Convivência: Algumas Características das Proposições das Redes de Biomas

Nesta seção nos concentramos nossas reflexões somente sobre os conceitos, proposições e práticas das redes já citadas (GTA, ASA, Cerrado). Não obstante muito dos elementos aqui mencionados estão presentes também em várias outras redes e sub-redes disseminadas por todo o País.

As redes de OSCs, para a afirmação de seus valores, partem da crítica ao “modelo de desenvolvimento”, ou do “modelo capitalista de desenvolvimento”.

Esta crítica pode, inicialmente, ser tão “hedônica” quanto o afirmar que o modelo “perturba o curso natural da vida do povo” ou que destrói o “modo de vida tradicional”. Esta abordagem por óbvio não critica o modo tradicional; ao contrário o assume como “mais apropriado” (as condições do bioma). Ao operar desta forma sugere, implicitamente, que o “bioma” é critério principal de decisão⁶.

Em um segundo momento, tal visão se enriquece e se complementa com uma leitura crítica das condições tradicionais (iníquas) e das formas como os biomas são continuamente (ao longo da história e na atualidade) inseridos no modelo geral de produção de riquezas e de crescimento sócio-econômico do país.

É bastante óbvio - principalmente a partir da expansão capitalista do século XIX – que houve um “transplante” mecânico do modelo produtivo de regiões temperadas do norte do planeta para nosso País, independentemente das condições de seus biomas e ecossistemas. É interessante notar que, antes desta expansão agressiva, excetuando-se o caso da destruição da Mata Atlântica, os modelos produtivos adotados estavam relativamente melhor adaptados, às condições dos biomas.

Este ajustamento não ocorria por uma proposição consciente (protecionista ou conservacionista) dos agentes econômicos e sociais e sim pelas condições sociais, financeiras e tecnológicas vigentes, que somadas as condições ambientais específicas determinavam - em cada bioma - um padrão produtivo que era ambientalmente menos agressivo (apesar de que a dimensão social deste processo fosse escravocrata e/ou totalmente desbalanceada).

A gradativa substituição (por destruição ou por adaptação) destes modelos pela expansão do capitalismo é objeto de abundante literatura; da mesma forma, quase que diariamente, somos ainda informados das tensões e conflitos gerados pela continuidade do processo de expansão do modelo produtivo dominante o que significa a continuidade (permanência) dos modos anteriores.

Como uma reação política a esta situação as redes desenvolvem então práticas e propostas de “convivência”. Como há afirmado, não existe uma “teoria geral” a este respeito. No entanto, partindo das afirmações e reivindicações destas redes, é possível derivar e formular algumas características que podem contribuir para a consolidação do próprio conceito e em certo sentido, oferecer pistas para a transição ao desenvolvimento sustentável.

Na sequência se sugerem alguns destes elementos sinalizadores que nos pareceram mais relevantes:

1. O chamado “meio-ambiente” (o meio natural onde se desenvolve a atividade humana) é percebido como uma “condição natural de produção” (e reprodução da vida) e não tanto um “recurso produtivo” (econômico-financeiro). A distinção não é somente semântica, tem profundas implicações sociais e políticas; exemplificando, uma das características intrínsecas do conceito de “recurso econômico” é a possibilidade de sua substituição (por outro “recurso”); uma “condição natural” pode até ser alterada, mas não substituída.
2. O território deve ser livre e acessível à comunidade (apropriação comunitária); não pode haver “cercas” e a apropriação individual é reduzida (e tem papéis reduzidos). Nos três biomas e territórios as Redes afirmam - por diversas fórmulas - que a manutenção e a sobrevivência do modelo de convivência estão associados à existência e o acesso das populações a territórios livres.
3. Nos biomas, as unidades de produção submetidas a restrições ambientais, fortes limitações de crédito, de mão de obra, e sem muitas alternativas tecnológicas, requerem grandes espaços (territórios) e a presença de gestão e trabalho coletivos. É reduzida ou bastante limitada a busca pela geração de excedentes (conceito de produção para o mercado). Mesmo sendo o contrário do que é alardeado como sendo objetivo ideal de uma sociedade “capitalista avançada” estas “opções” são reconhecidamente racionais e, se submetidas a uma análise econômico-financeira não imediatista, mostrarão sua consistência e adequação.
4. Nos biomas amazônico, cerrado e da caatinga, a densidade humana (e de trabalhadores) é relativamente baixa, há forte presença de atividades extrativistas e são frequentes situações de nomadismo. Mais uma vez a questão de acesso aos territórios se apresenta como essencial ao funcionamento do modelo.
5. No que diz respeito ao modo de produção a ser implantado (ou recomendado), afirma-se um elevado grau de auto-fornecimento (de insumos) e auto consumo, como nos modelos semi-autárquicos antigos. O consumo intermediário (tal como explicitado nas “Contas Nacionais”) tende a ser baixo (e, obviamente, o valor agregado por unidade de energia é elevado).

⁶Note-se que esta prioridade pode “deixar de lado” existência de condições sociais, culturais, econômicas perversas e mesmo inaceitáveis.

1. Diferentemente do modo de produção mercantil (orientado ao mercado) os critérios de escolha e alocação (para a produção) são bastante autônomos em relação aos chamados “preços e incentivos de mercado” ou critérios de “produtividade de fatores de produção”. Decorre daí que o modelo não está centrado na busca de acumulação financeira nem na “maximização da lucratividade privada”. No caso da agricultura familiar (campesina), por exemplo, a máxima eficiência do modelo parece residir na relação entre o resultado do “dia de trabalho adicional” e os ganhos adicionais em “energia” (calorias) que serão produzidas por mais este dia⁷. O segundo critério (e objetivo) de alocação sempre explicitado é o da manutenção da coesão unidade familiar e comunitária; ou seja, recursos são aplicados de modo a assegurar a “permanência” do próprio modelo (produto e família/comunidade), mesmo se isto possa gerar no curto prazo e em termos de rentabilidade financeira perdas ou ganhos menores.
2. Estas intenções, valores e conceitos se convergem e se consolidam como ideários (utópicos e/ou de reivindicação) se manifestando então na esfera político-ideológica. Esta dimensão requer então a incorporação participativa de coletivos e lideranças de segmentos sociais mais vulneráveis e historicamente alijados dos processos sociais e de deliberação de políticas públicas. A insistência das Redes na garantia e ampliação da participação dos interessados nos processos de decisão a respeito do destino econômico social de seus territórios visa, antes de mais nada, ampliar o poder político destes grupos como elemento constitutivo da estratégia de “convivência com os Biomas”.
3. Esta plataforma político-ideológica inclui como elemento fundante a afirmação e a valorização dos chamados conhecimentos tradicionais e das tecnologias sociais. Tal como no tema da participação, estes elementos compõem a “esfera cultural” (ideológica) do modelo e servem obviamente tanto para reproduzir o modelo produtivo tanto como elemento para consolidar a identidade política dos grupos envolvidos. Ao deterem informações e conhecimentos percebem que detêm também poder político e aumentam com isto sua capacidade de negociação. Para tais grupos, a apropriação mercantil de tais conhecimentos é inaceitável, pois os fragilizaria politicamente ainda mais. Nesta direção, reivindicações sobre necessidade de mais experimentação, estudos e pesquisas (para integrar conhecimentos tradicionais e científicos) aparecem como óbvias, tanto quanto a afirmação da necessidade de uma educação contextualizada (adaptada) que não promova (tal como agora) a perda ou a destruição deste patrimônio cultural. Tais aspectos são percebidos dentro das Redes como motores da sustentabilidade.
4. Como mecanismo de auto defesa (constitutivo do sistema) os propositores destes modelos de convivência reagem fortemente contra quaisquer iniciativas que possam contradizer suas propostas básicas ou mais ainda ameaçar qualquer dos pilares dos sistemas de convivência acima enumerados. Desta forma não se pode minimizar ou menosprezar a reação, pois ela, além de ser legítima (do ponto de vista da democracia) é - via de regra – uma resposta racional e coerente.
5. Finalmente e não menos importante, deve ser salientada a natureza supra-partidária e o caráter de “frente política” (democrática, multi-classista e inclusiva) destas Redes e proposições.

Um elemento importante, mas ainda pouco trabalhado pelas próprias Redes é o tema da Governança. Em geral este assunto é tratado no âmbito da reivindicação para assegurar e ampliar espaços de participação da cidadania, dos movimentos sociais e das organizações sociedade civil nas instâncias existentes ou durante eventuais discussões sobre as estruturas institucionais e administrativas (capazes ou incapazes) de promover o desenvolvimento sustentável.

Ora, um confronto mesmo superficial entre as características das propostas das Redes e modo atual de governança da sociedade (capitalista e mercantil) indica profundas distorções e incompatibilidades.

A primeira e mais óbvia é a contradição entre unidades institucionais e administrativas existentes e as condições de cada bioma. Municípios e Estados, instituições administrativas estão definidas sem referência às condições específicas dos biomas. Os chamados “acidentes naturais” são usados para dividir unidades administrativas sem consideração da integridade, inter-relações e complexidade dos sistemas naturais. Esta situação determina um modelo de “governo” (e governança) que dificilmente consegue responder adequada e integralmente as questões de sustentabilidade. Tentativas de superar esta deficiência têm induzido ao redesenho de unidades de deliberação e gestão a partir de abordagens que considerem as dimensões ambientais (naturais) como integradoras. Neste sentido, o uso crescente de “unidades de gestão” tais como “bacias e sub-bacias hidrográficas”, territórios (indígenas, extrativistas, quilombos, “de cidadania”, “meso-regiões”, “áreas protegidas”) é indicativo da deficiência do modelo tradicional. Mas estas tentativas estão sempre limitadas (e sobre-determinadas) pelo desenho de governança tradicional.

Mais além dos aspectos institucionais, as contradições de governança se manifestam também no âmbito da ideologia que orienta os sistemas de decisão. É bastante evidente a tendência dos agentes institucionais a considerar que os chamados “mecanismos de mercado” podem desempenhar papel protagônico para o alcance da sustentabilidade. As Redes e movimentos sociais, baseados na experiência real, rejeitam fortemente esta proposta.

De fato observamos que, para alcançar a sustentabilidade, tais mecanismos de mercado devem ter papel absolutamente secundário e submetidos a um planejamento social (ambiental, produtivo e político-institucional) que consiga harmonizar as várias dimensões do problema. Mas, não se pode perder de vista que as práticas de planejamento usuais⁸ tampouco respondem adequadamente as características mencionadas. Assim, trata-se então de, simultaneamente, redesenhar e fortalecer os sistemas locais e nacional de planejamento para o desenvolvimento sustentável.

Um segundo elemento a considerar é que, nas propostas das Redes (e nos experimentos em andamento), o sistema de participação da população nas deliberações e na gestão requer a implantação de mecanismos de “democracia direta” que se confrontam com estruturas tradicionais de “democracia representativa” e da burocracia. De forma concreta, instala-se uma “disputa” entre as instâncias. Para além dos temas institucionais é importante salientar também que esta disputa se realiza – quase sempre - entre lideranças sociais emergentes e as dos tradicionais detentores do poder político.

⁷Novamente se reafirma o caráter “hedonista” do modelo.

⁸Tais práticas – no âmbito de governo por exemplo – estão formalmente consolidadas na articulação entre o PPA, a LDO e orçamento anual. De fato, todo o sistema está controlado (sobredeterminado) por condições econômico-financeiras conjunturais e de curtíssimo prazo (determinações da LDO e Orçamento Anual).

Visto sob este ângulo, o alcance da governança para a sustentabilidade requer então, além de uma maior vinculação das instituições ao “ambiente natural” (e sua integralidade social), a instalação e a multiplicação de instâncias e mecanismos da democracia participativa e direta. Sendo conseqüente com a observação anterior se deriva que, para o alcance da sustentabilidade é fundamental “ampliar e radicalizar a democracia” e para isto assegurar a existência e a ingerência ativa e permanente de atores e autores sociais não estatais.

Não obstante estas evidências, continuam existir restrições objetivas e subjetivas à participação dos atores sociais. Pior, começam surgir – no âmbito do estado e do próprio movimento social - avaliações sobre a necessidade de se revisar (e melhorar) o sistema participativo do País. Argumenta-se que a relação custo/eficiência é negativa ou decrescente. Como resposta, as entidades da sociedade civil e Redes reivindicam maior poder para instâncias participativas e as instituições estatais tendem a restringir estes espaços (sob argumentos técnicos, de custos, de legitimidade etc). Tal como mencionado anteriormente no Item 8, a luta para assegurar e ampliar estes espaços não é uma luta política tradicional para garantir uma “externalidade institucional”. Faz parte da luta pela sobrevivência atual e futura⁹.

Um terceiro nível pode ser caracterizado como sendo o da necessária mudança do quadro de valores morais, éticos e porque não dizer espirituais. O primeiro e mais óbvio é o da importância da cooperação e da solidariedade contradizendo-se à tradição individualista e competitiva do modelo capitalista ocidental. Da mesma forma, as questões éticas (e morais) são sempre relevantes nos processos deliberativos daquelas populações suas redes e seus participantes. Via de regra, tais valores estão também profundamente associados a valores místicos, religiosos (espirituais).

É bom salientar que parte disto já está “contaminando” outros espaços. Expressões como “risco moral”, “*due dilligence*” “riscos de reputação” tornam-se cada vez mais presentes no mundo dos negócios, inicialmente por razões financeiras (possíveis perdas), mas que, pouco a pouco começam a estabelecer-se também como imperativos morais.

Estas várias dimensões das experiências de convivência sinalizam para a sociedade um “modo possível de viver”. Por razões práticas e por limitações de tempo não se examinaram outras experiências relevantes realizadas em outros biomas (pampa, pantanal, regiões costeiras) ou em alguns territórios especiais (quilombos, áreas indígenas etc) que seguramente se reconhecerão em muitas das afirmações aqui propostas.

De todas as formas, se considerarmos que o exposto tem consistência (aderência) ao mundo real, devemos, em conseqüência, admitir que a transição necessária para lograr a sustentabilidade deveria adotar – pelo menos parcialmente - critérios e abordagens assemelhadas às aqui apresentadas.

⁹Neste sentido mesmo os eventuais “excessos” de participação, de “democratismo exacerbado”, devem ser vistos com condescendência, pois os grupos sociais envolvidos estão em um processo de aprendizagem e construção de um modelo novo e complexo de governança.

5. Convivência: Proposições sobre o Território Urbano e a “Cidade Sustentável”

Dentro de um bioma qualquer, o conglomerado urbano (ou metropolitano) aparece como um “enclave” totalmente artificial. No limite, se apresenta como a negação absoluta, a substituição do bioma naqueles limites geográficos. Visto sob este ângulo, pareceria uma “contradição em termos” até o simples refletir sobre a possibilidade de existirem “cidades sustentáveis”. No entanto, esta mesma condição pode ser encontrada em um “projeto de irrigação” no semi-árido (ou no deserto) já que ele altera profundamente o ecossistema naquele “enclave”.

Abstraindo deste condicionante maior, um segundo olhar pode sugerir que há um nível possível de sustentabilidade de conglomerado “urbano” dentro de um bioma desde que o “conglomerado” respeite as condições naturais (e sociais) daquele bioma. Ou seja, a cidade do cerrado, deveria, em princípio, ser diferente da amazônica ou do semi-árido. Todas proporções guardadas, encontramos – no mundo real – sinais destes ajustamentos. .

Um terceiro nível de exame assumiria que a existência do enclave urbano provoca tal grau de degradação ambiental que o máximo a fazer será sempre a busca para reduzir, minimizar os custos de sua existência. É importante salientar que o “problema urbano” não se limita à questão ambiental. Do ponto de vista econômico-social (e cultural) reencontramos aqui uma infinidade de problemas derivados de comportamentos coletivos e individuais bem como de comportamentos determinados pelas “regras de mercado” ou das necessidades de valorização do capital (não vinculadas as condições naturais e sociais).

Qualquer que seja a abordagem, há uma grande convergência – senão consenso – sobre o fato de que nossas cidades, tal como estão funcionando, são inviáveis, insustentáveis. Seria longo e repetitivo justificar esta afirmação que é quase de domínio público.

Tal como nas redes focadas sobre os Biomas, a sociedade civil vem, desde muitos anos, buscando construir um corpo prático e teórico de reivindicações, iniciativas e propostas de “cidades sustentáveis”. O Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU, rede de OSCs operando em várias partes do País, trabalha neste sentido, desde o fim dos anos 80 e conta em seu ativo com conquistas importantes como o “Estatuto da Cidade” (Lei Federal de 2001). Um aspecto importante deste Fórum é a priorização e o seu foco no atendimento das reivindicações das populações mais pobres e vulneráveis das cidades.

A partir de 2004 se desenha uma nova iniciativa sobre o mesmo assunto. Constitui-se a Plataforma sobre Cidades Sustentáveis. Esta iniciativa foi inspirada nos “Compromissos de Aalborg (Dinamarca¹⁰, assinado por centenas de municípios a partir de 2004.

Note-se que trata-se de uma rede totalmente diferente da anterior, pois não se limita a aglutinar OSCs (e populações mais pobres) e a garantir-lhes o protagonismo, mas nucleia OSCs, órgãos públicos e empresas em torno a 12 eixos que configuram a proposta de cidade sustentável segundo esta Plataforma

As afirmações do FNRU sobre a “cidade que queremos” ou sobre a “cidade sustentável” e os Eixos propositivos da referida Plataforma (ver anexo) retomam quase que “ipsis literis” a maioria dos elementos e características que foram descritos nas seções anteriores em relação ao desenvolvimento sustentável nos vários biomas. Até mesmo as características supra-partidárias e de “frente política” são aqui reencontradas.

¹⁰Ver resumo no anexo

6. Propostas específicas ou regionais

Além das proposições acima, observadas pelos autores e debatidas nos encontros de elaboração desse documento, recebemos durante consulta realizada em maio de 2012 as sugestões adiante enviadas por representantes de redes:

6.1 - da Rede de ONGs da Mata Atlânticas

- Implementação do Programa Mata Atlântica;
- Financiamento e incentivos econômicos para a conservação;
- Fomento às cadeias produtivas da sociobiodiversidade;
- Criação e implementação de Unidades de Conservação no Bioma;
- Cumprimento das metas da Convenção da Diversidade Biológica;
- Valorização dos mecanismos de gestão integrada;
- Implantação do Fundo de Restauração da Mata Atlântica, previsto na Lei 11.428/06;
- Formulação de uma política de mitigação de mudanças climáticas na Mata Atlântica com participação da sociedade;
- Reorganização do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA;
- Zoneamento Ecológico-Econômico como pré-requisito para a implantação das obras do PAC;
- Criação e manutenção de Corredores Ecológicos
- Recuperação de áreas degradadas por meio de Produção orgânica/ Sistemas agroflorestais
- Manejo Florestal sustentável
- Capacitação de indivíduos (incluindo gestores de UCs e membros de redes)
- Capacitação e fortalecimento de organizações locais (administrativa e financeira)
- Elaboração e implantação dos Planos Municipais da Mata Atlântica

6.2 - da Rede Cerrado

- Aprovação pelo Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional – PEC do Cerrado e da Caatinga, que reconhece os biomas como patrimônios nacionais, em reconhecimento à maior biodiversidade em savana do mundo e dos serviços ambientais que presta ao Brasil;
- Regularização fundiária e garantia territorial para os povos indígenas e comunidades quilombolas;
- Promoção, consolidação e difusão dos sistemas de produção sustentável já existentes no Cerrado (com base em frutos nativos, plantas medicinais, animais silvestres, entre outros), por meio da adequação dos marcos regulatórios, de políticas de fomento à produção, infra-estrutura, agroindustrialização local e comercialização, de modo a viabilizar as cadeias produtivas baseadas no uso sustentável da rica biodiversidade;
- Regulamentação do uso de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista os diversos benefícios sociais, ambientais e para a saúde, da produção e do uso desses medicamentos a partir da flora nacional;
- Criação de mecanismos legais que respaldem as comunidades agroextrativistas e garantam o acesso a recursos naturais da biodiversidade em terras públicas e privadas, bem como em relação às águas interiores, por meio de leis tais como a “ lei do babaçu livre”.
- Ampliação do número de áreas protegidas no Cerrado, principalmente as de uso sustentável, acompanhada da flexibilização das possibilidades de atividades produtivas, para viabilizar a permanência das populações nas UCs.
- Integração das políticas públicas de modo a aumentar e coordenar as estratégias de proteção das nascentes, mananciais, cursos hídricos e áreas de recarga, para garantir a regularidade e qualidade do abastecimento de água para o Brasil e para o continente.
- Revisão dos padrões de produção e consumo de forma que sejam compatíveis com conservação dos serviços ambientais do Cerrado, evitando a contaminação das águas, perda de solos por erosão e a perda da biodiversidade. Necessidade de incentivos políticos e econômicos para a produção sustentável.
- Adoção de um novo índice de mensuração do desenvolvimento (alternativo ao PIB) que considere e contabilize os passivos ambientais resultantes das atividades econômicas.

7. Desafios e Ameaças

Nas seções anteriores buscou-se sistematizar, a visão e as condições de sustentabilidade construídas a partir de práticas e iniciativas das Redes de OSCs. Este exame permitiu identificar algumas características consideradas como essenciais para a discussão do tema do desenvolvimento sustentável e do modo de transição.

Lembrando que todo este edifício está ainda em construção, e não existindo unanimidade nesta temática, fica evidente que as visões antes expressadas estão sujeitas a reparos e mesmo objeções.

A seguir se explicitam algumas destas restrições. Para fins didáticos, se examina um primeiro grupo de indagações implícitas no próprio modelo de Convivência para na seqüência explicitar confrontos destas propostas com as situações mundiais.

● Questões e Fragilidades “Internas” aos Modelos de Convivência:

○ “Escala” de respostas

Os elementos apresentados sugerem a vigência de experiências limitadas e com baixa capacidade de resposta ao conjunto da demanda social. A escala de produção (e de distribuição e consumo) é limitada e não permite (tal como especificada no momento) atender à crescente demanda urbana nem a demanda externa.

Adicionalmente, não parece existir coerência entre a intensidade produtiva atual (tecnologias, insumos etc) e o volume de produção e consumo necessários para assegurar o equilíbrio social ou a segurança alimentar. do conjunto da sociedade.

○ Velocidade de Adaptação versus urgência de ajustes e demandas sociais

Projeções indicam necessidade permanente de ampliação da produção agrícola em condições naturais cada vez mais precárias e instáveis. Problemas energéticos tendem a complexificar-se e afetar todo o setor produtivo e de serviços. Os processos de urbanização e sua concentração populacional se aceleram e induzem a formulação de demandas sociais e de consumo crescentes e de toda ordem,

Neste quadro de alterações permanentes e aceleradas, respostas que implicam em mudanças comportamentais (adoção de novos comportamentos e/ou modos de vida) são sabidamente demoradas. O “descolamento temporal” destas duas condições gera, seguramente, instabilidade e conflito social. A natural preferência humana para o resultado imediato induzirá ao conflito com o ideal do longo prazo. Salvo em situações emergenciais (de desastres) a “sobriedade e frugalidade”, a “penúria relativa” (implícitas nos modelos de convivência) não aparece como aceitável (ou razoável) para a maioria da população.

○ Dificuldades dos modelos de transição à sustentabilidade

Parte dos problemas acima mencionados pode, eventualmente, ser superado e tratado no quadro de um processo de transição. Ainda assim, devem ser considerados alguns elementos problematizadores dentro de qualquer transição.

- Contaminação (nacional) pela insustentabilidade inter-nacional;
No mundo globalizado é impossível evitar a contaminação pelas eventuais distorções e contradições externas.
- Desincentivos – Incentivos e Distorções de preços;
O sistema de preços (global e local) está comprometido por múltiplas distorções (tanto nos insumos quanto nos produtos); Estas distorções reproduzem a o uso predatório das condições naturais de produção e/ou de ocupação dos territórios.
- Urgência e custos dos ajustes;
Vários passos de adaptação e ajuste devem ser dados com urgência; mas seus custos são, em geral, elevados. Ao mesmo tempo permanece a “crise econômico-financeira”. A implementação (imediata) de tais medidas tendera a ser postergada.
- Repactuação Social da Distribuição de Excedentes;
No limite, ações requeridas implicam também em mudanças na distribuição da riqueza e este processo é sempre difícil e politicamente tenso. A situação derivada da atual crise parece cada vez mais adversa com a crescente concentração de riqueza e o aumento das desigualdades sociais.

○ Ajustes Institucionais no campo da sociedade civil

No exame realizado percebeu-se a importância e a centralidade das instâncias participativas e presença dos atores e autores da sociedade civil e de suas organizações. No entanto, estas organizações estão também vivendo suas “crises de identidade” e sofrendo com a redução de seus recursos (técnicos, humanos e financeiros). Há um consenso sobre a necessidade e possibilidade de superação destes desafios cujos aspectos principais a serem conduzidos pelas OSCs estão listados a seguir:

- Aumentar capacidade de mobilização, organização e incidência.
- Ampliar instâncias de participação (incorporação) da cidadania.
- Ampliar e estabilizar capacidade econômico-financeira das OSCs.
- Reprodução de lideranças e (formação de quadros das OSCs).
- Reduzir assimetria de informação junto à sociedade.

○ Ajustes Institucionais no campo da Governança em Geral

Como mencionado anteriormente, o modelo de governança para a sustentabilidade difere bastante do modelo vigente. Para além dos aspectos institucionais (de organização de poderes e dos aparelhos de estado) o tema central é o do Poder político. Grupos políticos e partidários encastelados nos aparelhos de estado e governo dificilmente se dispõem a aceitar modificações substantivas e que impliquem na perda de seu poder.

Ora, a governança para a sustentabilidade requer a inclusão de novos segmentos e atores sociais e econômicos, induzindo então ao compartilhamento, perda de poder, redução de “soberanias” por parte dos atuais grupos dirigentes. A dificuldade política deste processo é óbvia e pode – tendencialmente – resultar em tensões importantes.

● **Questões e Fragilidades “Externas” aos Modelos de Convivência:**

Em várias oportunidades deste texto já foram mencionadas algumas questões relativas ao “ambiente externo” (situação internacional) vigente. Este ambiente afeta direta e indiretamente a implementação das propostas das Redes.

A seguir se retomam alguns destes temas.

○ **A crise Sistêmica Mundial**

Qualquer observador minimamente informado concordará com a gravidade da atual crise existente. E este “status” resulta não somente da gravidade extensão, intensidade e duração da “crise econômico-financeira”, mas da sua ocorrência simultânea com uma “crise ambiental” (atual e crescente) e da precarização e o esgarçamento do tecido social tanto do ponto de vista material como institucional, político e ideológico.

Alguns indicativos são de domínio público:

- Aumento de tensões políticas e sociais
 - Pobreza crescente e ampliação da desigualdade social mesmo nas economias do norte;
 - Precarização de condições de trabalho (emprego) e conseqüente ampliação de conflitos associados;
 - Aumento de restrições ou supressão de direitos individuais e coletivos (precarização dos direitos humanos);
 - Aumento da violência e do ilícito.
- Crescimento de Soluções “militaristas”
 - Ressurgimento de doutrinas e práticas imperiais (entre nações);
 - Compartilhamento do monopólio da violência entre estado e outras formas orgânicas privadas ou coletivas não estatais;
 - Importância crescente de organizações criminosas armadas (e de suas áreas de influência);
 - Facções armadas da cidadania (para autodefesa e controle);
 - Ressurgimento (armado) de tendências nazi-fascistas.
- Ampliação de insegurança alimentar
 - Demanda alimentar mundial crescente e simultânea a degradação de condições naturais e sociais de produção;
 - Crescente tensão entre produção para energia e alimentos;
 - Perdas produtivas derivadas de situações de conflitos políticos e militares cada vez mais numerosos
 - Aumento do custo de produção derivado de mudança climática pressionando preços e qualidade de vida;

○ **A Crise da Governança Mundial e Nacional**

- Dificuldades crescentes de conciliação entre interesses Planetários e questões de soberania nacional e local;
- Incertezas sobre a natureza do modelo de governança (necessário e suficiente) para conseguir a viabilização do Desenvolvimento Sustentável.

É importante observar que as fragilidades internas e externas mencionadas nesta seção, são de tal magnitude, densidade e impacto que se apresentam como desafios tanto para os sonhos de “crescimento econômico” (acelerado ou não) como para qualquer das proposições de sustentabilidade manejadas seja no mundo dos governos, seja no mundo empresarial, ou dos organismos multilaterais.

Uma primeira afirmação óbvia, mas necessária, é que admitindo que a proposta das Redes seja factível é necessário formular um processo de transição. Da mesma maneira que todos aceitam – sem desmerecer os questionamentos – a idéia da necessidade de “transição para a economia verde ou economia da sustentabilidade” devemos trabalhar – com as Redes – no desenho de uma estratégia e o planejamento da “transição para uma sociedade sustentável”.

O resumo simples para o desafio poderia ser: Como alimentar e dar água com equidade para 9 bilhões de pessoas em um planeta em degradação, com um clima cada vez pior (e/ou mais errático) e nós - pessoas - continuando com nossas vulnerabilidades e com nossos quadros mentais ancorados no século XX?

No entanto, os conceitos e proposições de “desenvolvimento sustentável” defendidas e implantadas pelas Redes (Amazônia, Cerrado, Cerrado, Mata Atlântica e das Cidades) contém indicações, elementos e práticas valiosas para subsidiar o desenho um “modelo de transição”.

8. Conclusões e Sugestões de ações futuras

As convergências observadas não podem ser vistas como resultado de uma “coincidência” fortuita. É resultante de uma caminhada que se inicia com muita autonomia, em diferentes ambientes e momentos, com contribuições de diferentes atores e autores sociais.

Demonstra que, independentemente dos biomas, dos territórios e até de institucionalidades, a cidadania e a sociedade, a partir de um acúmulo de suas lutas, já conseguem estabelecer um conjunto básico de afirmações sobre uma visão da “sociedade sustentável”.

Demonstra e reafirma também a necessidade e a prática de uma abordagem totalizadora que não permite sectarização ou segmentação dos vetores naturais e sociais (produtivos e de relações sociais) nem conceitual nem operativamente. A ancoragem conceitual (e prática) passa a ser a construção da sustentabilidade do planeta e não mais o entrenchamento em posições a favor ou contra “o desenvolvimento”, “o meio ambiente”, “a equidade” (justiça social).

O caminho lógico e natural destas iniciativas deve ser no sentido de continuar a promoção do diálogo destas várias redes para construir, a partir das convergências, uma plataforma única para uma “sociedade sustentável”.

⁷Novamente se reafirma o caráter “hedonista” do modelo.

ANEXO

**INFORMAÇÕES SOBRE REDES VOLTADAS À
CONSERVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E CONVIVÊNCIA
DIGNA EM BIOMAS E CIDADES**

Rede de ONGs da Mata Atlântica - RMA

Página ou blog: www.rma.org.br

Endereço eletrônico de contato: ivy@socioambiental.org (Ivy Wiens, coordenadora geral) ou pizzi@maternatura.org.br (Paulo Pizzi, coordenador institucional)

Ano de fundação: 1992

Número (aproximado) de integrantes da rede: 292 organizações de 17 Estados brasileiros

Principais objetivos e funções:

A RMA tem por objetivo a defesa, preservação, conservação e recuperação da Mata Atlântica através da promoção do intercâmbio de informações, da mobilização, da ação política coordenada e do apoio mútuo entre as ONGs.

Principais trabalhos realizados e resultados obtidos:

- **Lei da Mata Atlântica e Decreto de Regulamentação:** A RMA acompanhou e influenciou durante todo o processo de tramitação e evolução da Lei da Mata Atlântica, realizando campanhas, visitando congressistas e empenhando-se para a aprovação da Lei em suas diversas instâncias, bem como sua regulamentação, auxiliando na definição técnica dos estágios de regeneração da Mata Atlântica e elaboração do mapa de aplicação da lei.

- **Programa Mata Atlântica:** Construído coletivamente em paralelo à tramitação da Lei da Mata Atlântica, o programa coordenado pelo Napma/MMA teve a participação da RMA em todas as discussões, especialmente nas linhas temáticas de Unidades de Conservação, Restauração com Remoção de Carbono e Atividades Sustentáveis.

- **Outros:** elaboração de Manual para Capacitação para Elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica, atividades em prol da criação de Unidades de Conservação, ações em defesa das Áreas de Preservação Permanente, participação em conferências internacionais sobre diversidade biológica, participação junto aos Projetos Demonstrativos (PDA), participação na comissão de coordenação do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), articulação com ações propositivas sobre as alterações do Código Florestal Brasileiro.

Principais publicações ou propostas sobre o tema:

Propostas

- ✓ Implementação do Programa Mata Atlântica;
- ✓ Financiamento e incentivos econômicos para a conservação;
- ✓ Fomento às cadeias produtivas da sociobiodiversidade;
- ✓ Criação e implementação de Unidades de Conservação no Bioma;
- ✓ Cumprimento das metas da Convenção da Diversidade Biológica;
- ✓ Valorização dos mecanismos de gestão integrada;
- ✓ Implantação do Fundo de Restauração da Mata Atlântica, previsto na Lei 11.428/06;
- ✓ Formulação de uma política de mitigação de mudanças climáticas na Mata Atlântica com participação da sociedade;
- ✓ Reorganização do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA;
- ✓ Zoneamento Ecológico-Econômico como pré-requisito para a implantação das obras do PAC;
- ✓ Criação e manutenção de Corredores Ecológicos
- ✓ Recuperação de áreas degradadas por meio de Produção orgânica/ Sistemas agroflorestais
- ✓ Manejo Florestal sustentável
- ✓ Capacitação de indivíduos (incluindo gestores de UCs e membros de redes)
- ✓ Capacitação e fortalecimento de organizações locais (administrativa e financeira)
- ✓ Elaboração e implantação dos Planos Municipais da Mata Atlântica

GTA – GRUPO DE TRABALHO AMAZONICO

Página ou blog: www.gta.org.br

Endereço eletrônico de contato: secretariaexecutiva@gta.org.br, rubensgomes@oela.org.br

Ano de fundação: 1991

O GTA começou a se reunir em 1991, frente à negociação do Governo Brasileiro, do Banco Mundial e dos governos do G7 em torno do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG-7. Isto se deu paralelamente ao processo de preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD ou ECO92, como ficou conhecida. Já com o formato de rede, devido à necessidade de se criar uma estrutura para dar voz própria à sociedade civil e comunidades locais e povos indígenas da Amazônia brasileira, articulando suas propostas e dando visibilidade às suas demandas e experiências. A principal bandeira é a defesa pela permanência da floresta em pé e o direito para que os povos tenham condições de permanecer na floresta e viver de forma digna.

O GTA iniciou com 16 entidades. Hoje, 20 anos depois, a Rede reúne 20 Regionais com cerca de 650 organizações de agricultores familiares, extrativistas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco de babaçu, pescadores, ribeirinhos e entidades ambientalistas, de assessoria técnica, de comunicação comunitária, pesquisa e de direitos humanos.

Principais objetivos e funções:

Nos últimos anos a Rede GTA tem atuado nos seguintes eixos temáticos: Produção Familiar Sustentável; Monitoramento de Conflitos Socioambientais; Sociobiodiversidade; Equidade de Gênero e Juventude; Cooperação Panamazônica; Comunicação Comunitária; Educação para a Sustentabilidade e Mudanças Climáticas.

Principais trabalhos realizados e resultados obtidos:

- O GTA desenvolveu ao longo de seus 20 anos importantes trabalhos para os povos da floresta. Ações que fortaleceram os interesses comunitários. Desenvolveu a capacitação dos agricultores rurais para a comercialização de seus produtos, por meio de inúmeros projetos, orientando desde a produção, os cuidados com a preservação e agregando valor a produção, que era certificada como um produto socioambiental. Atuou na campanha “O cupuaçu é nosso”, movendo uma ação na justiça japonesa contra a tentativa da empresa Asahi Foods de patentear a marca cupuaçu, conseguindo defender o patrimônio dos povos da floresta. Fortaleceu a organização das comunidades e povos tradicionais, criando redes das entidades de base, dentro das coordenações regionais da entidade. Isso resultou em inúmeras conquistas, como o lançamento pelo Governo Federal do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR 163, que, apesar de não ter sido implementado em sua plenitude, trouxe inúmeras conquistas. Executou o PROFOR, levando a organização do Consórcio de Desenvolvimento Socioambiental da BR 163 - Condesa e em seguida, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA, coordenou o Componente III, do Projeto BR 163, com recursos da União Europeia e coordenação da FAO. Incentivou a criação de mecanismos de comunicação comunitária, realizando oficinas para os comunicadores comunitários, nos nove estados da Amazônia brasileira. Possibilitou a realização de parceria das rádios comunitárias com a Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, que transmitem diariamente notícias produzidas pelas lideranças comunitárias. Publicou cartilhas, jornais e livros, contribuindo para elevar o nível de informação, organização e capacidade de articulação das lideranças das organizações de base.

Rede Cerrado

Página ou blog: www.redecerrado.org.br - redecerrado.blogspot.com

Endereço eletrônico de contato: contato@redecerrado.org.br

Ano de fundação: 1992

Número (aproximado) de integrantes da rede: 300 organizações

Principais objetivos e funções:

A Rede Cerrado destina-se a estabelecer a troca de experiências e informações que resultem na conservação e no desenvolvimento sustentável do Cerrado. Destina-se também a desenvolver ações em prol da defesa e da promoção dos ecossistemas do Cerrado e de suas populações humanas, promovendo justiça social e sustentabilidade ambiental. A Rede visa contribuir para a busca de alternativas viáveis ao padrão de desenvolvimento atual, por meio da difusão de técnicas, tecnologias e experiências bem sucedidas de uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado. Visa também defender a democracia baseada na soberania popular, na cidadania e no pluralismo político, étnico/racial, de gênero e de credo, defendendo a universalidade das políticas públicas voltadas para a realização dos direitos sociais .

Principais trabalhos realizados e resultados obtidos:

- A Rede Cerrado atua em diversos espaços públicos socioambientais, a fim de elaborar, monitorar e avaliar os projetos, programas e políticas públicas afetos ao Cerrado e seus povos, em consonância com as posições emanadas dos Encontros e Feiras dos Povos. A Rede está presente em importantes conselhos e fóruns de interlocução com o Governo Federal, como o Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER). A Rede Cerrado também interage com outros coletivos e redes da sociedade civil, como o FBOMS, o GTA, a Rede Mata Atlântica, e a ASA, em alianças estratégicas para o fortalecimento mútuo. Há ainda coletivos organizados em torno de temas específicos que integram a Rede Cerrado - caso da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC), da Central de Comercialização do Cerrado e do Núcleo de Agroecologia do Cerrado (NACE) – que se constituem como movimentos autônomos em relação à Rede Cerrado, mas presentes e atuantes no campo político mais amplo por ela dinamizado, bem como em sua própria estrutura política. Desse modo, nos últimos anos a Rede Cerrado vem se configurando como uma rede de redes dedicada à defesa do Cerrado e de seus Povos.

Principais publicações ou propostas sobre o tema:

- ✓ Tratado dos Cerrados (<http://goo.gl/7mYI1>)
- ✓ Carta dos Povos do Cerrado (<http://goo.gl/amm5q>)

Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU

Página ou blog: <http://forumreformaurbana.org.br/>

Ano de fundação: 1987

Principais trabalhos realizados e propostas:

O Fórum Nacional de Reforma Urbana existe tem estimulado a participação social em conselhos, organizado cursos de capacitação de lideranças sociais, e promovido a discussão da elaboração de planos diretores democráticos para as cidades. Uma de nossas maiores conquistas é o Estatuto da Cidade (2001), uma lei que ficou parada 12 anos no Congresso e foi aprovada devido à pressão popular.

Sua prioridade é o atendimento das reivindicações para grupos mais pobres e vulneráveis das zonas urbanas. Suas propostas podem ser resumidas nas seguintes afirmações:

- “A cidade que queremos”

Uma cidade que respeite e garanta o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Para tanto, é necessário que os governos estejam comprometidos com uma política urbana articulada com estratégias de inclusão social e de justiça ambiental, local, regional, estadual e nacionalmente

- “Uma cidade com Desenvolvimento Urbano Sustentável:”

O desenvolvimento econômico deve integrar os direitos sociais em harmonia com o meio ambiente. As políticas e planos para a cidade precisam assegurar o acesso democrático aos recursos ambientais e paisagísticos, reduzindo os riscos ambientais e promovendo uma efetiva melhoria da qualidade de vida.

Plataforma Cidades Sustentáveis: Agenda para a Sustentabilidade

Página ou blog: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/pagina/node/84>

Principais objetivos e propostas:

Esta Plataforma foi inspirada nos compromissos de Aalborg (Dinamarca), um pacto político com o desenvolvimento sustentável que já foi assinado por mais de 650 municípios, principalmente europeus.

Os compromissos consideram a participação da comunidade local na tomada de decisões, a economia urbana preservando os recursos naturais, a equidade social, o correto ordenamento do território, a mobilidade urbana, o clima mundial e a conservação da biodiversidade, entre outros aspectos relevantes.

Eixos:

1. Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade.
2. Adotar e proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis.
3. Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.
4. Integrar na educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável.
5. Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial, ao mesmo tempo em que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura, em que valores solidários, simbólicos e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.
6. Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.
7. Implementar uma gestão eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação.
8. Promover comunidades inclusivas e solidárias.
9. Assumir plenamente as nossas responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.
10. Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa
11. Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade.
12. Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos.

Iniciativa:



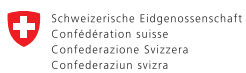
Proposição e Redação:



Realização:



Apoio institucional na Rio+20:



Redes parceiras:

